



Paulo Renato: "Escolas terão de formar entidade de caráter privado"

Ministro dá prazo para criação de associação de pais

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — As escolas de ensino fundamental com mais de 150 alunos têm até o dia 30 de abril para instituir Associações de Pais e Mestres (APMs) ou caixas escolares, sob pena de não receberem recursos diretos do Ministério da Educação. O prazo foi estabelecido ontem pelo ministro Paulo Renato Souza, em encontro com os secretários estaduais de Educação. Este ano, serão enviados diretamente às instituições de ensino R\$ 300 milhões.

Os recursos são utilizados para custeio. Por meio da criação das chamadas "unidades executoras", o MEC pretende garantir o controle social sobre o uso da verba. "Sejam APMs ou caixas escolares, as escolas terão de formar um entidade de caráter privado, com participação de pais e professores, e abrir uma conta bancária para onde será enviado o dinheiro", explicou o ministro. No caso das escolas menores, a idéia é

de que se unam em torno de uma instituição maior, que passaria a ser responsável, uma central, pela distribuição das verbas.

O MEC pretende em dois anos descentralizar também os recursos para reforma e ampliação — este ano equivalentes a pouco mais de R\$ 100 milhões — e as verbas para a merenda escolar. São Paulo já se enquadra nas exigências do ministério para recebimento direto de verbas, segundo a secretária Rose Neubauer.

O encontro de ontem também serviu de alerta para que Estados e municípios se preparem para a criação do Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental, que passa a vigorar compulsoriamente em 1º de janeiro de 1998 com uma previsão de investimento de R\$ 12 bilhões anuais. Paulo Renato disse que, mesmo sem o fundo, já é obrigatória a aplicação de 15% da receita no ensino fundamental, e de 60% dos 15% na melhoria salarial do professor.